

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E PROJETOS DE SUJEITO EM USUÁRIAS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

George Saliba Manske²⁹

Luiz Antônio Onishi³⁰

Resumo

Este estudo analisa a constituição de projetos de sujeito em uma Comunidade Terapêutica (CT) religiosa que atua no tratamento e recuperação de usuárias de substâncias psicoativas em um município do Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil. É uma pesquisa exploratória com procedimentos de campo e abordagem qualitativa que utilizou como instrumentos de coleta de dados entrevistas grupais informais, observação participante e diários de campo. Participaram desse estudo vinte e sete mulheres residentes em tratamento na instituição. Para a análise e interpretação do material empírico produzido foi utilizado os entendimentos de Michel Foucault sobre poder disciplinar como função analítica. As análises indicam que operam um conjunto de técnicas disciplinares na constituição de determinados projetos de sujeito adequados as premissas de ordem social.

Palavras-chave: Comunidades Terapêuticas. Dependência Química. Poder Disciplinar. Sujeito.

²⁹ Programa de Pós-graduação em Educação e em Saúde e Gestão do Trabalho, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

³⁰ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Endereço para correspondência: George Saliba Manske, Universidade do Vale do Itajaí - Rua Uruguai, 458, Centro, Itajaí, Santa Catarina, Brasil. CEP 88303-000

Introdução

Diariamente somos bombardeados por diversas informações sobre a problemática relacionada ao consumo de substâncias psicoativas. A mídia expõe diversas reportagens sobre o tema, com diversos títulos, tais como “Usuários de drogas são culpados pela violência do tráfico?” (Flores, 2018), reportagem publicada no site NEXO, e “As drogas são um problema de Saúde Coletiva que atinge cada vez mais pessoas, diz psiquiatra” (Nogueira, 2018), publicada no site GAÚCHAZH. Tais matérias procuram atestar que a dinâmica de vida imposta pelo sistema sócio-político-econômico está provocando problemas à população, como o estresse, a ansiedade e a depressão; e mais: afirmam que a fim de suportar os efeitos impostos pelas dinâmicas sociais, a população tem buscado nas substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, uma saída para administrar o estado que se encontram. Observando o aumento do consumo de substâncias psicoativas, autoridades governamentais e instituições privadas vêm desenvolvendo programas para prevenção e conscientização da população sobre essa problemática, conforme descrito na reportagem ‘Semana de Políticas sobre Drogas mobiliza Estados e Municípios’, (Brasil Online, 2018), em que destaca a campanha realizada pelo governo federal denominada “XX Semana Nacional de Prevenção ao Alcool e outras Drogas”.

Este tema tem gerado diversas discussões, ocupando espaços tanto em meios acadêmicos e científicos, assim como, em políticas públicas governamentais nacionais e internacionais. Tais recorrências indicam circularidades culturais do tema em questão, e apresentam um panorama contemporâneo em que as substâncias psicoativas se inserem, dos mais variados modos, em múltiplos terrenos da sociedade e culturas. Além do mais, cabe salientar que a discussão em torno deste objeto de estudo está alicerçada, de maneira incisiva, nas questões dos sujeitos envolvidos, especialmente enquanto usuários. É nesse íterim que as questões de produção de sujeitos e subjetividades merecem atenção para serem discutidas.

Ao considerarmos esse emaranhado de ações, políticas, notícias sobre o consumo de substâncias psicoativas, em especial sobre seus usuários, percebemos que elas não possuem a intenção de excluir definitivamente esse indivíduo da sociedade ou de minimizar o consumo destas substâncias, mas sobretudo, modificar o comportamento de quem as consome; em suma, são estratégias, no limite, que têm como objetivo a produção de novos sujeitos, ou seja, fazem uso de técnicas de objetivação e subjetivação que atuam sobre um indivíduo que trabalha e pensa sobre si para torná-lo um modelo específico de sujeito (Foucault, 1995; Veiga-Neto, 2017).

Uma das instituições que procuram adequar esses indivíduos a sociedade são as denominadas Comunidades Terapêuticas. Segundo Damas (2013) essas instituições desempenham um expressivo papel no tratamento desses indivíduos, pois a maioria dos brasileiros acometidos

pelo uso de substâncias psicoativas estão sendo tratados em Comunidades Terapêuticas para recuperação, mudança nos padrões e estilo de vida, e reinserção social e laboral. Tal afirmação nos fez refletir sobre como as Comunidades Terapêuticas produzem ou tentam produzir determinados projetos de sujeito. Essas incertezas e conjecturas sobre este aspecto instigaram a curiosidade para elucidar alguns elementos constituintes desse processo. Foi a partir dessas relações culturais sobre o tema em questão que empreendemos esta pesquisa, que procurou compreender como as técnicas de recuperação no tratamento dos usuários de substâncias psicoativas desenvolvidas em uma Comunidade Terapêutica de um município do Vale do Itajaí/SC, Brasil, constituem determinados projetos de sujeito.

Metodologia

Nesse estudo nos valem de uma pesquisa de abordagem qualitativa com técnicas e procedimentos de campo, utilizando como instrumentos para produção de material empírico entrevistas grupais informais, observação participante e diários de campo. Foi realizada em uma Comunidade Terapêutica localizada em um município do Vale do Itajaí/SC, Brasil, que atua no tratamento e recuperação de mulheres usuárias de substâncias psicoativas. Durante o período da pesquisa foram realizadas três entrevistas grupais com as residentes tendo como temáticas os processos de recuperação e tratamento desenvolvidos na comunidade terapêutica, sendo que a observação participante ocorreu durante todas as inserções que ocorreram ao campo incluindo a participação e acompanhamento das refeições, atividades práticas diárias, práticas corporais e do cotidiano da instituição. Os participantes dessa pesquisa foram vinte e sete mulheres maiores de idade, residentes em tratamento na Comunidade Terapêutica que aceitaram participar da pesquisa, sem limitação de faixa etária, gênero, tempo de internação e nível de dependência química. Em posse dessas informações produzidas pelas observações de campo e das entrevistas realizadas, empreendemos uma análise a partir da interpretação das falas oriundas das residentes, assim como, das observações realizadas, considerando essas produções em suas possibilidades analíticas relacionadas aos conceitos aqui propostos para análise. Buscamos elucidar quais motivos às levaram a internação; que entendimento possuem sobre a instituição; como as técnicas de objetivação através do poder disciplinar, em conjunto com a singularidade de cada história de vida, acabam influenciando em seus processos de constituição de projetos de sujeito. As participantes foram serão mencionadas em trechos de suas falas pela letra “P” acompanhada de um número que a caracterize, como, por exemplo, “P1”, “P2”, e assim sucessivamente. Já os registros em Diários de Campo serão apresentados pela data de sua confecção.

Análise e discussão

A fim de discutir os elementos que constituem os modos de sujeição através de mecanismos disciplinares no espaço investigado, apresentamos, inicialmente, algumas considerações gerais que norteiam esses aspectos. A discussão sobre os mecanismos disciplinares desenvolvidos no espaço investigado é a tônica desta discussão. No entanto, ressaltamos que o termo disciplina possui, neste estudo, diferentes acepções. Uma dessas acepções se refere quando as residentes aqui investigadas relatam como a instituição pode contribuir em seu tratamento, argumentando que “a disciplina é um dos principais fatores que podem auxiliá-las” (Diário de campo, 19/09/2018). No escopo dessa primeira forma de caracterização de disciplina, recorremos ao dicionário, que ao definir este termo o descreve como: “regime de ordem imposta ou livremente consentida; ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização; relações de subordinação do aluno ao mestre; submissão a um regulamento” (Ferreira, 2010, p.257).

Ao interpretarmos a definição dada à disciplina pelo dicionário, ressaltada a partir das falas das residentes, podemos entender que o termo está relacionado à constância de procedimentos que buscam um determinado objetivo, e mais, está fortemente ligado a excelência de conduta, ou ainda, é a forma como devemos proceder e agir para atender as regras existentes na sociedade. Assim, podemos interpretar que a real busca das residentes é a autodisciplina, uma maneira de manter uma rotina de procedimentos pessoais adequados aos padrões de conduta a elas impostos. Compreendendo a necessidade de desenvolver a autodisciplina nas residentes, a instituição procura incorporar e propiciar a vivência de ‘bons’ procedimentos de forma sistemática buscando formar hábitos salutareos em seu cotidiano.

Essa forma das residentes interpretarem a necessidade da autodisciplina pode ser compreendida a partir de Foucault (1995) quando comenta que esse padrão de conduta desejado não é algo novo ou contemporâneo, e que essa disciplinarização da sociedade ocorre a muito tempo na Europa, desde que se buscou tornar os indivíduos cada vez mais obedientes, evitando que as sociedades se tornassem casernas. Portanto, é um modelo que há muito tempo vem se estruturando, consolidando, transformando e induzindo formas de pensar e agir nos indivíduos. Esse modelo de sujeito é baseado em uma ordem e controle moral, que nos entendimentos de Foucault (2002, p. 94) “é exercido pelas classes mais altas, pelos detentores do poder, pelo próprio poder sobre as camadas mais baixas, mais pobres, as camadas populares [...] um instrumento de poder das classes ricas sobre as classes pobres [...]”. Cabe retomar que a maior parte das residentes podem ser consideradas de extratos menos favorecidos socialmente e, especialmente, economicamente.

Ampliando o significado do termo disciplina, em sua segunda acepção, para além da definição formal atribuída pelas residentes, pensaremos, então, o termo enquanto mecanismo na produção de determinados projetos de sujeito. Desta forma entendemos ser necessário elucidar algumas conceituações e particularidades sobre esta significação. Lembra Foucault (1999) que não é de hoje que o corpo é objeto de atenção e manipulação. Desde a Idade Média e até mesmo na Antiguidade se tem conhecimento que ele pode ser manipulado, modelado e treinado a fim de ser obediente, responsivo e habilidoso para multiplicar suas forças. Porém, somente a partir do século XVII e XVIII esses mecanismos disciplinares se tornaram formas contundentes de gestão dos homens, ou ainda, de dominação. Cabe destacar que este modelo de governo dos corpos se diferencia da escravidão, pois não procura o apoderamento dos corpos, da domesticidade, da vassalagem, do asceticismo e das doutrinas monásticas. O autor ainda argumenta que a consolidação desse sistema de controle somente foi possível através do surgimento de um saber sobre o corpo humano que visa, além dos aumentos das habilidades e aprofundamento da sujeição, a produção simultânea de corpos úteis e obedientes. Um sistema que “pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (Foucault, 1999, p. 119). Esse sistema de controle rigoroso sobre o corpo que busca a sujeição constante de suas ações impondo uma relação docilidade-utilidade, é o que podemos denominar de ‘disciplina’ (Foucault, 1999).

Assim, Foucault (1984) define disciplina como um sistema que coloca o indivíduo em seu espaço de forma individualizada, classificatória e combinatória; exerce o controle durante a ação; vigia o indivíduo de forma contínua durante sua existência; faz o registro e transfere informações sobre o indivíduo de forma que nenhum detalhe, fato, ou pormenor escape aos olhos da mais alta posição hierárquica; em suma, um processo técnico singular onde a força do corpo é maximizada como força útil e reduzida como força política, com o menor encargo possível (Foucault, 1999). É um arcabouço de técnicas sujeita a análise pelos sistemas de poder para maximizar os indivíduos em sua singularidade, um poder analítico que individualiza, vigia, classifica, distribui espacialmente, localiza, julga, mede, afim de extrair seu maior potencial (Foucault, 1999).

É importante salientar que o termo disciplina é um tipo de poder que abarca um conglomerado de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, ou dito melhor, ela é uma tecnologia (Foucault, 1999). São “técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder [...]” (Foucault, 1999, p. 120) que ampliando para o âmbito social, é exercido por meio de redes invisíveis chegando a ser considerado uma relação com aparência de

normalidade. É nesse ínterim que Foucault (1999, p. 120) define que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe”.

Logo, estando imersas num complexo arcabouço de relações de poder, as residentes aqui investigadas buscam nas Comunidades Terapêuticas a transformação que necessitam para se enquadrarem a sociedade, conforme podemos observar quando falam “quero voltar a ser alguém, eu sei que eu sou alguém [...] quero voltar a ter a minha dignidade, voltar para sociedade boa [...]” (P2, 05/09/2018); ou “[...] fui obrigada por mim mesma a ter um tratamento, a voltar a ser gente [...]” (P6, 19/09/2018). Analisando o conteúdo dessas falas observamos que a transformação desejada não é simples, é pautada em uma complexa estrutura de procedimentos sistemáticos e organizados controlados pelo Estado e pela sociedade. Outra impressão que transmitem é que a integração e aceitação que almejam para suas vidas não é algo novo ou desconhecido, mas algo que se perdeu durante o caminho e que estão procurando resgatar com a internação e tratamento, pois não conseguem mais obter sozinhas.

Indícios sobre essa necessidade de auxílio podem ser identificados quando as residentes comentam que no uso de tais substâncias psicoativas proporcionam um sentimento de liberdade e acabam causando alterações pessoais em seus padrões de conduta, conforme podemos observar nas seguintes falas: “[...] lá fora nós temos muita liberdade e autonomia, ficando difícil controlar, e hoje entregam a droga até em casa, é só ligar” (P6, 19/09/2018); “quando eu percebi que estava sem nada, acordei e percebi que precisava de ajuda” (P4, 19/09/2018). Desta forma buscam na Comunidade Terapêutica o suporte para readquirir os padrões de conduta, a rotina, o cumprimento de regras que não conseguem obter sozinhas, e mais: veem na internação um meio necessário e indispensável ao tratamento, pois através de seus rígidos procedimentos acreditam que possam produzir novos modelos de sujeito e reestruturar suas vidas, conforme identificamos nas seguintes falas: “quando a gente usa drogas lá fora, a gente perde horário, datas comemorativas, a gente prefere ficar se drogando do que ficar com a família” (P8, 19/09/2018). Corroborando com esse pensamento P27 fala que “aqui a gente se afasta do mundo lá fora porque quem usa droga tem um poder de manipular e convencer as pessoas para nos dar dinheiro e assim comprar drogas” (Diário de campo, 05/10/2018).

Para exemplificar alguns tipos de instituições que existem na sociedade e que se fazem presentes no cotidiano do espaço investigado, podemos citar a família, considerada como a primeira instância disciplinar de controle da vida do indivíduo, que introduz pensamentos, maneiras de se comportar em público, hierarquia familiar, sexualidade, religião, entre outras coisas. Outra instituição disciplinar é a escola, considerada como uma instituição que adentra os indivíduos desde a primeira infância, capturando-os em local e tempo pré-determinados, disciplinarizando seus

corpos através de um complexo sistema de punição e recompensa que objetiva uma normalização para criar determinado modelo de sujeito, ou seja, um indivíduo sujeitado a ser dócil e útil. Ainda é possível citarmos as formas de instituições religiosas, organizadas em relações de micropoderes que mantêm o indivíduo docilizado adotando uma série de símbolos e rituais amparados por uma crença de um grupo de pessoas que possuem afinidade com esta organização; e ainda, a polícia; a mídia, entre outras (Foucault, 1985, 1999, 2002).

Dentro da instituição em que se realizou a pesquisa é possível destacar que há sobreposições de diversos mecanismos disciplinares oriundos das instituições acima citadas, a saber, escola, igrejas e família. No caso da educação, é possível perceber a presença de mecanismos disciplinares nas aulas de nível fundamental e médio desenvolvidas pelos Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) para as residentes; no caso da instituição família, percebemos sua presença nas diversas orientações sobre a formação familiar, como por exemplo as atividades práticas similares e análogas a uma residência, com distribuição de tarefas de acordo com a posição que se ocupa na organização familiar; por outro lado, no que tange a instituição religiosa, refletimos a presença de seus enunciados através da leitura da Bíblia, orações, prática devocional e louvor que procuram demonstrar ou reforçar o compromisso espiritual que se deve ter com ‘Deus’ para se obter uma vida digna e estável junto a sociedade. Ainda é possível destacar como práticas organizadoras da vida interna social daquele espaço as aulas de culinária, que buscam ensinar e capacitar as residentes na arte da gastronomia; as aulas de práticas corporais, que objetivam conscientizar as residentes sobre hábitos saudáveis em relação ao corpo (Diário de campo, 12/09/2018; 14/09/2018; 19/09/2018; 03/10/2018).

Mas, afinal, o que caracteriza essas instituições? E de modo mais preciso a este trabalho: como se constitui a instituição onde as residentes procuram auxílio para suas mudanças ou resgate? Como se estrutura seu sistema de tratamento? Para Foucault (2002) essas instituições são chamadas de instituições de sequestro. São instituições pedagógicas, médicas, penais ou industriais que perseguem o controle sobre o tempo do indivíduo, “são, portanto, instituições que, de certa forma, se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos”. (Foucault, 2002, p. 115-116). Portanto essas instituições de sequestro são “instituições capazes de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submetê-los a variadas tecnologias de poder” (Veiga-Neto, 2017, p. 76), ou ainda, essas associações são instituições sociais que retiram os indivíduos do seu meio social e ‘interna-os’, durante um período predeterminado, e conseguem assim, moldar condutas e comportamentos (Foucault, 1999).

Foucault (2002) argumenta que as instituições de sequestro como fábricas, escolas, hospitais psiquiátricos, hospitais e prisões, têm pôr fim a fixação do indivíduo e não a exclusão. A

fábrica procura ligá-lo ao aparelho de produção, a escola mesmo fechando-os, fixa-os a um aparelho de transferência de saber, o hospital psiquiátrico liga-o a um aparato de correção e/ou normalização. Tal procedimento também ocorre nas casas de correções e prisões, e mesmo que a resultante aponte para a exclusão, sua função primeira é a de fixar os indivíduos a um aparelho de fixação dos homens. Esse fato pode ser observado no espaço investigado quando a monitora comenta durante o café da tarde: “a instituição não desiste de vocês, vocês é que desistem, nós nunca desistimos, queremos ajudar, queremos que vocês se tornem pessoas boas e tenham uma vida normal longe das drogas” (Diário de campo, 26/08/2018). Assim, pode-se afirmar que essas instituições não possuem a finalidade de exclusão, mas que fazem dela um meio para inclusão e a normalização dos indivíduos (Foucault, 2002). Essa disciplinarização suprimiria as experiências subjetivas desviantes das pessoas, encarcerando-as nos limites de uma determinada normalidade. Aos indivíduos identificados fora de uma ‘curva padrão’ adotada, ou seja, com comportamentos divergentes dos considerados normais, duas alternativas lhes são impostas: exclusão ou docilização pelo sistema (Foucault, 1999).

Esse poder disciplinar que procura formar novos sujeitos é sustentado, segundo Foucault (1999), basicamente por quatro pilares: espaço, tempo, saber e vigilância. Na instituição o pilar espaço pode ser considerado como a estruturação e organização arquitetônica e funcional da instituição; o pilar tempo é visto nos controles temporais como horários preestabelecidos para cada atividade na casa; o pilar saber se sustenta nos conhecimentos dos especialistas da equipe técnica da instituição que através de saberes específicos legitimam algumas atitudes e conclusões sobre todo o processo vivenciado; e o pilar vigilância é observado nas inspeções e olhares atentos por parte da direção técnica e até mesmo das residentes para com as residentes e consigo mesmas (Diário de campo, 07/09/2018; 12/09/2018; 14/09/2018; 26/09/2018; 05/10/2018). Desta maneira, a instituição faz uso de dispositivos disciplinares peculiares que procuram colocar os indivíduos em seu lugar na sociedade transformando-os em um modelo de cidadão que será útil para dinamizar o sistema.

Para esclarecer como esses sistemas disciplinares atuam baseando-se nesses quatro pilares básicos, Foucault (1999) argumenta que nas disciplinas as funções disciplinares para doutrinação, transformação e reinserção do indivíduo a sociedade, primeiramente, trabalham com a distribuição dos indivíduos no espaço e, portanto, utiliza diversas técnicas em relação ao espaço: o cerco (colégios, quartéis, fábricas, hospitais). Tal técnica é observada quando descrevemos como a instituição é constituída, localizada e distribuída espacialmente, ou seja, quanto à estrutura espacial da instituição (Diário de campo, 07/09/2018); ou ainda, no que se refere à organização de um espaço de análise e classificação individualizante (conhecer, dominar, utilizar), em que tal técnica

se materializa quando se realiza “consultas obrigatórias à psicóloga, assistente social ou médico” (Diário de campo, 12/09/2018).

Podemos afirmar que é um poder-saber que classifica através do conhecimento dos especialistas, que procuram o domínio de indivíduos através de uma legitimidade imposta pelas regras da casa, tal como na seguinte assertiva: “é proibido as residentes ficarem ou se deslocarem a frente da instituição sem consentimento ou supervisão de alguma monitora” (Diário de campo, 14/09/2018). Além do mais, a regra da localização funcional e a arte de dispor em filas, tal como referenciado na sentença “cada indivíduo em seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo [...]” (Foucault, 1999, p. 123), pode ser constatada nas atividades práticas aplicada com suas escalas e distribuições que atribui a cada residente uma determinada função, trocando e revezando suas responsabilidades laborais semanalmente e entre si (Diário de campo, 14/09/2018).

Assim, podemos entender à luz de Foucault (1999), que as regras das localizações funcionais aplicadas nas disciplinas “codificam um espaço [...] para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (Foucault, 1999, p. 123). Essas regras de localização são intercambiáveis e definem uma posição de ocupação separada dos outros, é uma seção e não um “território (unidade de dominação), nem um local (unidade de residência), mas uma posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação [...]” (Foucault, 1999, p. 125). Esta arte de dispor em fila, individualiza o indivíduo em uma posição não criada, mas distribuída ocasionando a circulação em uma complexa rede de relações que transformam os grupos desorientados, dispensáveis e perigosos em multiplicidades organizadas (Foucault, 1999). Portanto, esse procedimento também é uma forma de organizar um espaço analítico, que permite de forma simultânea caracterizar o indivíduo como indivíduo e colocá-lo em uma multiplicidade de funções designadas. “Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar “celular” (Foucault, 1999, p. 217).

Da mesma forma que a distribuição do espaço é decisória para a formação de uma sociedade disciplinar, a concepção de tempo em conjunto com sua organização também o é, ou seja, também utiliza o tempo como um de seus mecanismos de controle. Assim o controle de todas as horas do dia na instituição, enquanto dispositivo de controle disciplinar, como acordar, dormir, fazer refeições, realizar limpezas, tomar banho, etc., procura suprimir qualquer tipo pensamento e comportamento indesejável das residentes durante o tratamento. A importância do tempo como técnica disciplinar para as residentes pode ser observada nas seguintes falas: “[...] o horário de levantar é bem cedo[...] a gente já vai se acostumando com a rotina lá de fora, que lá fora querendo

ou não, a gente tem que acordar cedo, a gente tem que ter responsabilidade [...]”(P9, 19/09/2018); “a disciplina do horário quando se está naquela vida, você não tem essa disciplina, você já não consegue nem controlar o horário que você tem que acordar ou dormir” (P4, 19/09/2018); “[...] tem o horário de oração, tem o horário de acordar bem cedo [...] tem o devocional [...] o café da manhã [...] as tarefas da casa como a limpeza e tem a parte da jardinagem, da horta [...]” (P8, 19/09/2018); ou ainda, quando se constata que “o horário de se levantar após o almoço para as que foram repousar, é as 13:30 horas ” (Diário de campo, 14/09/2018); e por fim, quando P11(19/09/2018) diz “aqui na casa até para tomar remédio tem hora, as refeições tem horário, tudo é regado e deve ser respeitado”.

Essa preocupação que se tem no cumprimento de horários tanto por parte da instituição quanto das residentes pode ser interpretada como uma forma de resgatar a responsabilidades e o compromisso que se deve ter no cumprimento de horários, uma rotina, uma regra, uma normalização exigida pela sociedade. Ainda em relação ao tempo, também foi constatado que a instituição realiza o controle temporal do “banho que está limitado ao tempo máximo de 5 minutos” (Diário de campo, 14/09/2018), e “do horário de receber telefonemas da família que é das 18:00h as 19:00h de segunda-feira a sexta-feira, com duração máxima de 10 minutos por residente” (Diário de campo, 14/09/2018). Outro controle que também é exercido pela instituição é em relação aos “dias permitidos para se assistir televisão, dias permitidos para se fazer as atividades inerentes a um salão de beleza tais como fazer as unhas e arrumar os cabelos, dias de visitas familiares, tempo mínimo de internação para poder passar um final de semana em casa (início de reinserção social), entre outros” (Diário de campo, 14/08/2018). Esses procedimentos de controle temporal através da limitação em relação ao tempo também tem o propósito de proporcionar a vivência das residentes ao cumprimento e aceitação de fatores a ele relacionados quando não estiverem mais em tratamento e reingressados a uma sociedade disciplinar.

Sobre esse controle cronológico e temporal, Foucault afirma que “durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares” (Foucault, 1999, p. 128). Já na sociedade disciplinar, esse controle foi modificado e aprimorado pelas disciplinas. As escolas começaram a utilizar minutos e segundos em vez de horas. Desta forma suas atividades ficaram com um controle temporal mais preciso e diversificado. Nas indústrias o operário foi quadriculado através do tempo, devendo garantir a qualidade do tempo empregado através do controle constante e fiscalização, evitando distrações, assim sua gratificação é condicionada a constituição de um tempo útil, ou seja, sua gratificação está sujeita a otimização produtiva do tempo (Foucault, 1999).

Outra técnica observada, relativa ao saber, é a que está relacionada à aprendizagem corporativa, uma dependência individual e total ao mestre, uma formação sujeita a qualificação, sem cronograma predefinido, uma relação saber-trabalho entre o mestre e o aprendiz, uma forma de domesticidade que se combina a uma transferência de conhecimento (Foucault, 1999). Esta forma de objetivar o indivíduo pode ser pensada a partir das seguintes narrativas: “aqui a gente aprende porque tem uma psicóloga 24 horas, que é a monitora, uma líder, uma pessoa extraordinária, uma mulher inteligente, uma mulher sábia, uma mulher que nossa, eu não tenho palavras pra falar” (P3, 19/09/2018); “há muita conversa durante o dia com as monitoras aqui da casa, elas nos orientam pra tudo o que acontece [...] inclusive uma psicóloga e assistente social a nossa disposição” (P8, 19/09/2018). Tais fatos relacionados a passagem de conhecimento e relatos de experiências pessoais das monitoras às residentes, também foi observado em diversos momentos durante o período da pesquisa, e anotados nos Diários de Campo (12/09/2018; 21/09/2018; 26/08/2018; 03/10/2018). A explanação sobre diversos assuntos referente a diversas histórias de vida bem como das dificuldades, desistências e conquistas das residentes que já passaram pela instituição são contados diariamente despertando a curiosidade e atenção total das atuais residentes, pois são fatos que já passaram, passam ou imaginam que passarão até chegar ao fim de seu tratamento.

Em relação aos instrumentos utilizados, Foucault (1999) argumenta que apesar da disciplina ser considerada uma técnica do poder que produz indivíduos como objetos dóceis e úteis, “[...] o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de dois instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 1999, p. 143).

Desta forma entendemos que para a disciplina ter seu exercício, é necessário um mecanismo que obrigue através dos jogos de olhares a função e exercício da vigilância, com finalidade de demonstrar e reprimir determinadas atitudes como efeito do poder disciplinar, devendo ser absorvido através dos meios de coerção explicitamente identificados pelos indivíduos aos quais são aplicados (Foucault, 1999). Esse exercício de poder disciplinar observamos através da distribuição dos lugares nas refeições onde “a monitora se coloca na cabeceira da mesa, demonstrando controle e determinando os procedimentos para se efetuar as refeições” (Diário de campo, 12/09/2018), ou ainda, quando observamos que “a mesa do professor do ensino fundamental e médio está localizada, como na maioria das outras instituições escolares, em frente às cadeiras dos alunos de forma a impor e exercer liderança e poder sobre os alunos” (Diário de campo, 12/09/2018). Esse olhar vigilante e hierárquico imposto na produção desse novo indivíduo, não é objeto de desejo exclusivo da instituição, também é realçado e desejado pelas residentes,

uma vez que retratam a necessidade de coibir a liberdade e autonomia que possuem quando não estão internadas, as quais proporcionam a isenção de controlos, visto que nessa situação consideram estar no mais alto posto hierárquico, e além do alcance de algum olhar julgador. Tal compreensão apresenta alguns indícios quando comentam que o uso de substâncias psicoativas são as responsáveis por algumas liberdades e alterações pessoais em seus padrões de conduta, conforme podemos observar na seguinte fala: “[...] é difícil controlar a vontade porque lá fora quem manda na sua vida é você” (P8, 19/09/2018; ou ainda, quando P19 comenta sobre as políticas públicas referente a internações na dependência química: “eles não entendem a necessidade da gente se internar para se tratar da dependência química” (Diário de campo, 28/09/2018).

Outro dispositivo destacado por Foucault (1999) são as sanções normalizadoras, sistemas disciplinares que operam com micromecanismos penais que agem de forma repressora através de sanções e de punições que assumem o papel de correção para atitudes desviantes. Um mecanismo da disciplina que “traz consigo uma forma específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (Foucault, 1999, p. 149). Uma forma de castigo disciplinar com função de restringir os desvios devendo assim ser essencialmente corretivo. Desta forma, a punição na disciplina é um mecanismo que envolve um sistema de treinamento e de correção, ou seja, um modelo de gratificação-sanção (Foucault, 1999). Observamos a ação desse poder corretivo quando a participante P8 comenta que “estamos com punição socioeducativa e não podemos sair da instituição porque alguém escreveu uma besteira na porta do banheiro” (Diário de campo, 14/09/2018); ou ainda quando P4 e P11 relatam que “após três notificações socioeducativas, a residente é convidada a se retirar da casa” (Diário de campo, 19/09/2018). Entendemos, assim, que essas instituições com seu arcabouço de sistemas corretivos operam a fim de resguardar e afastar o indivíduo de condutas desviantes, fora do padrão normalizado. E caso não ocorra esta normalização, legitima-se a repreensão na medida do desvio praticado. A sujeição não é, no limite, apenas um remédio a ser aplicado pós conduta desviante, mas um antídoto imprescindível para evitar a saída dos padrões de normalização.

Desta maneira, a instituição com suas regras em relação aos horários, execução das tarefas, participação das atividades propostas, estudo, entre outras, procuram mostrar as residentes a importância da normalização de suas atitudes em relação àquela exigidas pela sociedade. Suas sanções normalizadoras com as privações de algumas liberdades como assistir televisão, fazer as unhas, receber visitas, entre outros, servem como instrumentos balizadores de suas condutas. Assim compreende-se que tais procedimentos atuam de forma a relacionar os atos dentro de um sistema de igualdade formal, dentro de uma homogeneidade que é a regra, introduzindo um nível de utilidade e uma classificação individual das diferenças (Foucault, 1999).

Conforme já comentado anteriormente, a combinação das técnicas de vigilância hierárquica com as sanções normalizadoras constitui o exame. Esse termo é entendido como um sistema de controle de normalização e vigilância que permite qualificar, classificar e punir, e, portanto, permite que o indivíduo seja diferenciado, sancionado ou recompensado. É uma complexa técnica onde o poder e o saber se superpõem e se entrelaçam profundamente. Permite conceituar o indivíduo como um objeto descritível e analisável, bem como, constituir um sistema que compara e “permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa população” (Foucault, 1999, p. 159). A aplicação desse sistema identificamos quando a instituição adota a diferenciação de cores de crachás conforme a evolução temporal do tratamento. Tal classificação, além de motivar as residentes, produz sensações de conquista quando passam de estágio como se pode ver nos seguintes excertos: “eu me sinto orgulhosa [...] uma etapa que consegui passar” (P11, 19/09/2018), “orgulho, satisfação, alegria [...] eh é um degrau que a gente sobe [...]e aqueles pontos que tem escrito naqueles cartazes [...] pontos negativos e os positivos tudo aquilo ali é real (P3/19/09/2018). Esse sentimento de satisfação se justifica na passagem de nível e mudança de cor dos crachás, pois não está condicionado somente ao tempo de permanência na instituição. Um ritual de passagem é preparado pelo corpo técnico para todas as residentes, de modo que “é realizada uma avaliação conjunta sobre a evolução em relação aos pré-requisitos necessários a passagem de nível descrito nos banners expostos nas paredes da instituição” (Diário de campo, 03/10/2018). O sistema punitivo sobre a não assimilação da normalização exigida pode ser percebida na seguinte fala: “quando eu passei para o rosa, eu demorei, fiquei um mês de castigo para passar para o rosa por causa da minha rebeldia, ainda fiquei um mês” (P3, 19/09/2018). Assim, sobre esse sistema que controla e vigia o indivíduo buscando uma adequação, Foucault (1999, p. 154) descreve que “no coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam”.

Segundo Foucault (1999) o sistema disciplinar utilizado pelas instituições de sequestro é baseado no poder disciplinar do panóptico, através da visibilidade, da regulamentação do tempo e na localização dos corpos no espaço. Tais técnicas permitem o controle sobre os indivíduos de forma a torná-los dóceis e úteis, e pode ser considerada uma nova tecnologia do poder. Assim o panoptismo é uma forma de poder que se articula ao exame, um saber de vigilância que regula a vida dos indivíduos e se constitui a base de um poder-saber. Destarte podemos afirmar que não há uma técnica específica, mas um conglomerado de microrelações e micropoderes, ou melhor, um conjunto de técnicas que agem de forma integrada, se sobrepondo, se imbricando em torno das residentes procurando produzir novos projetos de sujeito, através de disciplinas.

Considerações finais

As ações desenvolvidas no espaço terapêutico investigado procuram a modificação de comportamentos das residentes na intenção da formação de novos sujeitos, desde práticas de subjetivação que promovem os princípios da instituição. O exercício do poder disciplinar, através das técnicas elencadas, procura produzir indivíduos assujeitados que tenham equilíbrio e ordem, que garantam o funcionamento das instituições e grupos sociais, ou seja, procuram transformar o corpo em um objeto passível de ser controlado através de técnicas que de forma imperceptível e sutil evitam possíveis comportamentos indesejáveis, tais como o consumo de substâncias psicoativas e os efeitos deletérios de tais consumos. A privação da liberdade e consequente retirada de seu grupo social é um fator essencial no processo de tratamento, pois a vigilância e um sistema punitivo, centrado em aspectos psicológicos e biológicos, são consideradas peças importantes à normalização do indivíduo. Assim, retomando o questionamento inicial da pesquisa sobre que projetos de sujeitos são desejáveis de se desenvolver, podemos afirmar que essa instituição possui dispositivos disciplinares que procuram alocar as residentes em espaços na sociedade já estabelecida, tornando-as sujeitos sociáveis e adequados ao convívio social, transformando-as em “cidadão modelo” (manso, produtor e consumidor), que se engrena as engrenagens do sistema. Extrapolando o raciocínio para além das instituições, podemos afirmar que através de práticas disciplinares como estas transitam também em sociedades de controle, pois, de um modo geral, essas instituições atuam sobre as pessoas, já que suas vidas, por elas acabam sendo regidas e geridas.

Destacamos, ao fim, que este estudo analisou tais práticas em uma instituição específica e singular de vocação religiosa, e com um grupo bastante heterogêneo de residentes mulheres. Tais aspectos influenciam e limitam a possibilidade de generalização dos resultados para outros tipos de instituição e práticas de recuperação de residentes em espaços terapêuticos de usuárias de substâncias psicoativas. Ampliar estudos sobre essa população abrangendo, por exemplo, instituições terapêuticas especificamente para homens e laicas, financiadas integralmente pelo poder público, poderia, a nosso ver, trazer mais argumentos e conhecimentos sobre esta importante temática de pesquisa.

Referências

- Brasil. Ministério da Justiça (2018, agosto 3). *Semana de Políticas sobre Drogas mobiliza estados e Município*. Recuperado de www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-58
- Damas, F. B. (2013). Comunidades Terapêuticas no Brasil: Expansão Institucionalização e Relevância Social. *Revista Saúde Pública de Santa Catarina*, 6(1), 50-65.

- Ferreira, A. B. H. (2010). *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* (8a ed.), Curitiba: Positivo.
- Flores, P. (2018, agosto 23). Usuários de drogas são culpados pela violência do tráfico? *NEXO*. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/28/Usu%C3%A1rios-de-drogas-s%C3%A3o-culpados-pela-viol%C3%Aancia-do-tr%C3%A1fico>
- Foucault, M. (1984). *Microfísica do poder* (4a ed.), Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Foucault, M. (1985). *História da Sexualidade 3: Cuidado de si* (8a ed.), Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In Dreyfus, H.; Rabinow, P. (Orgs.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e a hermenêutica* (1a ed., pp. 229-250). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (20a ed.), Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas* (3a ed.), Rio de Janeiro: NAU.
- Foucault, M. (2004). O uso dos prazeres e as técnicas de si. In Foucault, M. *Ética, sexualidade, política: Coleção Ditos e Escritos 5*. (1a ed., pp. 192-217). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Nogueira, R. (2018, agosto 18). *As drogas são um problema de saúde coletiva que atinge cada vez mais pessoas”, diz psiquiatra*. Recuperado de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2018/03/as-drogas-sao-um-problema-de-saude-coletiva-que-atinge-cada-vez-mais-pessoas-diz-psiquiatra-cjeagat37027f01qocnb112w0.html>
- Veiga-Neto, A. (2017). *Foucault e a Educação* (3a ed.), Belo Horizonte: Autêntica.

THERAPEUTIC COMMUNITIES AND SUBJECT PROJECTS IN USERS OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES

Abstract

This study analyzes the constitution of subject projects in a religious Therapeutic Community (CT) that acts in the treatment and recovery of users of psychoactive substances in a municipality of Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brazil. It is an exploratory research with field procedures and qualitative approach that used as instruments informal group interviews, participant observation and field diaries. Twenty-seven women residing in the institution participated in this study. For the analysis and interpretation of the produced empirical material, Michel Foucault's understandings about disciplinary power as an analytical function were used. The analyzes indicate that they operate a set of disciplinary techniques in the constitution of certain projects of subject adequate the premises of social order.

Keywords: Therapeutic Communities, Chemical Dependency, Disciplinary Power, Subject.